

Alerta Legislação nº 49, de 05 a 10 dez. 2016
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 62.301, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
09/12/2016	<u>DECRETO Nº 8.927, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. <u>DECRETO Nº 8.926, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
06/12/2016	<u>LEI Nº 13.367, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 , que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO <u>PORTARIA Nº 483, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto

	<p>de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de dezembro de 2016 a 09 de janeiro de 2017, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.</p> <p>(...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 484, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos à safra 2015/2016 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constante no anexo.</p> <p>(...)</p> <p>SECRETARIA-GERAL (SG) ↳ Secretaria de Controle Interno (SCI)</p> <p><u>PORTARIA Nº 33, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Aprovar o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2016, na forma constante do Anexo desta portaria.</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Ficam estabelecidas as regras sobre definições, exigências, especificações, garantias, registro de produto, autorizações, embalagem, rotulagem, documentos fiscais, propaganda e tolerâncias dos fertilizantes minerais destinados à agricultura, na forma desta Instrução Normativa e seus Anexos I a V.</p> <p>(...)</p> <p>SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA <u>PORTARIA Nº 17, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Estabelecer a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2017, conforme relação constante no Anexo I.</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.659, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Fica autorizada a inclusão de novos parques e municípios para a realização de coleta de dados científicos em campo, no âmbito projeto de pesquisa científica intitulado "Avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre anfíbios através de monitoramento acústico passivo", Processo CNPq nº 1300.002084/2015-99, autorizado pela Portaria MCTI nº 1.191, de 29 de dezembro de 2015, quais sejam:</p> <p>(...)</p> <p>COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN)</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 314, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a regulamentação do parcelamento administrativo de que trata o art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear</p> <p>→ Diretoria de Gestão Industrial <u>PORTARIA Nº 314, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a regulamentação do parcelamento administrativo de que trata o art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 489, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Portaria nº 396, de 15 de setembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem antiguidades e/ou obras de arte de qualquer natureza, na forma da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.</p> <p><u>PORTARIA Nº 483, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a delimitação da área de entorno dos bens tombados pelo IPHAN no Centro Histórico da Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e estabelece diretrizes para intervenções nos bens inseridos na área delimitada.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 71/MD, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprova o Regimento Interno do Comitê-Gestor da Autoridade Certificadora de Defesa.</p> <p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Gabinete do Comandante <u>PORTARIA Nº 1.583/GC3, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre autorização de implantação do Parque Eólico Porto do Delta, localizado no Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo de Parnaíba (SBPB), em grau de recurso por interesse público.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.582/GC3, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a 1ª modificação da ICA 121-10 "Inspeções de Segurança Operacional do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro".</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.573/GC3, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre autorização de implantação do Consulado Americano, localizado no Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo de Santos Dumont (SBRJ), em grau de recurso por interesse público.</p> <p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Diretoria-Geral de Navegação (DGN) → Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA Nº 395/DPC, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera as Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM 04/DPC.</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 391/DPC, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Credencia o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE-COMAER) para ministrar o Módulo de Mergulho Autônomo referente ao Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.400, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre alteração na denominação e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 47, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Institui do Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CPPG</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 457, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) ↳ Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.791 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016</u> Cria e exclui rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).</p> <p>↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.815, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera o Regulamento anexo à Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, que disciplina a prestação de serviço de pagamento no âmbito dos arranjos de pagamentos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), estabelece os critérios segundo os quais os arranjos de pagamento não integrarão o SPB e dá outras providências.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.814, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Circular nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta, no âmbito do Banco Central do Brasil, as disposições sobre o capital estrangeiro no País e sobre o capital brasileiro no exterior.</p> <p>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>DELIBERAÇÃO Nº 758, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Atuação irregular no mercado de valores mobiliários por parte de pessoas não autorizadas pela CVM, nos termos do art. 23 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM nº 558, de 25 de março de 2015.</p> <p>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA Nº 1.110, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o parcelamento de débitos apurados na forma do Simples Nacional de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 155/2016,</p>

	<p>inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA Nº 1.674, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece critérios de digitalização e eliminação dos atos, termos e documentos dos Processos Administrativos Fiscais.</p> <p><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.681, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.302, de 11 de setembro de 2015, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) relacionados ao Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom), de que tratam os arts. 39 a 41 da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.676, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o procedimento simplificado de exportação destinado às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) e altera o art. 56 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, e o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015.</p> <p>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) – Subsecretaria da Dívida Pública <u>PORTARIA Nº 751, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de dezembro de 2016: (...)</p>
<p>Ministério da Justiça e Cidadania</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.337, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a permanência do emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em apoio à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.336, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.671, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza, excepcionalmente, a captação de recursos disponíveis para dedução fiscal em 2016 do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.592, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Habilita Estados e Municípios a receberem recursos para Construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).</p>

PORTARIA Nº 2.591, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Habilita Municípios e Estados a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

PORTARIA Nº 2.222, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Define os critérios e procedimentos para seleção, nomeação e exoneração de ocupantes de cargos comissionados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

→ **Diretoria Colegiada (DC)**

RESOLUÇÃO RDC Nº 131, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre inclusão de frase de advertência na rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes destinados aos programas governamentais vinculados ao Sistema Único de Saúde.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 130, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 129, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Aprova o Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira e dá outras providências.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 128, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Produtos à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, dentre eles o THC, em conformidade com o capítulo I - seção II da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 6 de maio de 2015.

→ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**

→ **Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária**

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.302, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SOLUSPAN, bem como de todos os produtos sujeitos à vigilância sanitária, fabricados por Promix Química Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (CNPJ 17.336.050/0001-47), localizada à Rodovia SC-443, Km 01 - Barracão, Morro da Fumaça/SC, CEP 88.113-317.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.284, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes Z0134 (Val. 31/01/2017), Z0133 (Val. 31/01/2017), Z0138 (Val. 31/03/2017), Z0137 (Val. 31/03/2017), Z0136 (Val. 31/03/2017), Z0135 (Val. 31/03/2017) e Z0143 (Val. 31/07/2017) do medicamento Tegretol (carbamazepina) 200mg comprimidos e dos lotes Z0065 (Val. 31/03/2017) e Z0066 (Val. 30/06/2017) do medicamento Tegretol (carbamazepina) 400mg comprimidos, registrados por Novartis Biociencias S.A (CNPJ: 56.994.502/0001-30).

(...)

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)

	<p><u>PORTARIA Nº 1.019, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Convocar municípios a cadastrar propostas para ações de Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, referente ao exercício de 2016.</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 1.810, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Exclui medicamentos e atributo referente a CID de procedimentos pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica constante da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/ Próteses e Materiais do SUS.</p> <p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº 47, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso do entecavir para o tratamento da hepatite viral crônica B com agente delta, compatibilizando o código B18.0 da CID 10 com os respectivos procedimentos da Tabela do SUS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 46, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Torna pública a decisão de excluir os códigos B18.0 - Hepatite viral crônica B com agente delta e B18.1 - Hepatite crônica viral B sem agente delta, da CID-10, dos procedimentos da Tabela do SUS relativos à alfainterferona 2b injetável (concentrações de 3.000.000 UI, 5.000.000 UI e 10.000.000 UI), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS</p> <p><u>PORTARIA Nº 45, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso do tenofovir 300mg para o tratamento da Hepatite Viral Crônica B com agente delta, compatibilizando o código B18.0 da CID 10 com o respectivo procedimento da Tabela do SUS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 43, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Torna pública a decisão de atualizar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 23, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Apoio à Produção de Habitações.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 22, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual.</p> <p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) → Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 229, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a Portaria DENATRAN nº 313, de 29 de abril de 2010, que</p>

	<p>estabelece os critérios de comprovação para os veículos e/ou combinações de veículos equipados com tanques que incorporaram a tolerância de 5% (cinco por cento) no Peso Bruto Total (PBT) ou Peso Bruto Total Combinado (PBTC).</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 748, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Estabelece os termos e condições para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por Distribuidora Designada, nos termos do art. 9º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e da Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016-MME e dá outras providências.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 747, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Estabelece critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio em razão da violação de indicadores de continuidade, para as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com contratos de concessão que contenham cláusulas relativas à restrição de proventos.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 286, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a formulação e a implementação de medidas de desburocratização referentes às ações e aos processos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p>
<p>Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU</p>	<p>SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO <u>PORTARIA Nº 2.084, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016(*)</u> (...) Art. 1º - Tornar público o Resultado Final do 8º Concurso de Desenho e Redação, edição 2016, promovido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, instituído pela Portaria nº 3215 de 11 de março de 2016. (...) (*) Republicada por ter saído no DOU nº 234, de 7-12-2016, Seção 1, página 71, com incorreção no original</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 519, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre normas e procedimentos para a realização de eventos institucionais pelas unidades do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMbio) <u>PORTARIA Nº 108, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Três Barras, localizada no estado de Santa Catarina (Processo nº 02070.001385/2016-08)</p> <p><u>PORTARIA Nº 107, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u></p>

	<p>Cria o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, no estado de São Paulo (Processo nº 02126.012943/2016-60).</p> <p><u>PORTARIA Nº 106, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o perfil da família beneficiária da Reserva Extrativista do Batoque. (Processo 02070.001221/2015-91)</p>
<p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 382, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o Código de Conduta Ética dos agentes públicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.</p> <p>SECRETARIA DE GESTÃO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - Sisg.</p>
<p>Ministério do Trabalho</p>	<p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 832, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dá nova redação às Resoluções nº 702, de 2012, e nº 790, de 2015, que estabelecem diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO <u>PORTARIA Nº 192, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Instituição do Plano de Dados Abertos (PDA) no âmbito da EMBRATUR.</p>
<p>Ministério do Turismo (MTur)</p>	<p>INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) <u>PORTARIA Nº 183, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Institui e estabelece critérios para participação de interessados em feiras da Agenda de Promoção Comercial da Embratur.</p>
<p>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</p>	<p>SECRETARIA EXECUTIVA ↳ Subsecretaria de Assuntos Administrativos <u>PORTARIA Nº 3.407, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece orientação quanto ao conceito de deficiência auditiva para fins de concessão do benefício do Passe Livre</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.151, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016</u> Fixa regras e conteúdos para o acesso a informações, no âmbito dos Conselhos de Medicina, de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e dá outras providências</p>

<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>09/12/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.301, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.299, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Plano Estadual de Prevenção do uso indevido de Álcool, Tabaco e Outras Drogas</p>
<p>07/12/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 62.297, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.296, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre alterações na estrutura da Secretaria de Governo e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.294, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, selecionadas por chamamento público ou previamente credenciadas pela Pasta, com o objetivo de promover o atendimento a educandos com graves deficiências que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns de ensino regular, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.293, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de São Paulo, em consonância com o Decreto nº 54.101, de 12 de março de 2009, alterado pelo Decreto nº 60.047, de 10 de janeiro de 2014</p> <p><u>DECRETO Nº 62.292, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera a redação do Decreto nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000, que institui o Restaurante Popular dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações carentes</p> <p><u>DECRETO Nº 62.291, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Altera os Anexos I e II a que se refere o artigo 3º do Decreto nº 61.127, de 20 de fevereiro de 2015, que autoriza a Casa Civil a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros para implementação do Programa "Atuação Especial em Municípios"</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>

ESTADO	
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CO- 11, DE 7-12-2016</u> Aprova limites de recursos para as linhas de crédito</p>
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDPCD 11, DE 8-12-2016</u> Institui, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias firmadas sob a égide da Lei federal 13.019/2014 e do Decreto estadual 61.981/2016</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO, DE 8-12-2016</u> Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6-7-1971, a Deliberação CEE 149/2016, que "Estabelece normas para a educação especial no sistema estadual de ensino".</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 93, DE 09-12-2016</u> Introduz alterações na Tabela Anexa à Resolução SF-03, de 08-01-2016, que divulga os índices percentuais para fins de rateio do valor arrecadado a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, relativamente ao exercício de 2016, conforme previsto no Decreto 46.700, de 19-04-2002</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 92, DE 05-12-2016</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00034, DE 07-12-2016</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO 1, de 27-01-2016 (...) Artigo 1º - Fica alterada a discriminação da Receita até o nível de subalínea, constante do Anexo I da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO 01, de 27-01-2016 que estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2016, na seguinte conformidade: (...)</p>
Governo (SG)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SG-63, DE 6-12-2016</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas</p> <p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 697, DE 8-12-2016</u></p>

Dispõe sobre o ajuste provisório dos valores das Margens de Distribuição, a atualização do Custo do gás e do transporte, o repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte fixados nas tarifas e as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela Concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Brasileiro Distribuidora S.A.

DELIBERAÇÃO ARSESP-694, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela concessionária Saneagua Mairinque S/A, da Taxa de Regulação Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025, de 07-12-2007](#), relativa ao exercício de 2017

DELIBERAÇÃO ARSESP-693, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Concessionária Saneagua Mairinque SA, dos valores complementares da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025](#) e [Decreto 52.455 de 07-12-2007](#), relativas ao Exercício de 2016

DELIBERAÇÃO ARSESP-692, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Concessionária Gás Natural São Paulo Sul S.A, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025, de 07-12-2007](#), relativa ao exercício de 2017

DELIBERAÇÃO ARSESP-691, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Concessionária Gás Natural São Paulo Sul S.A, dos valores complementares da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025](#) e [Decreto 52.455 de 07-12-2007](#), relativas ao Exercício de 2016

DELIBERAÇÃO ARSESP-690, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Concessionária Gás Brasileiro Distribuidora S.A, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025, de 07-12-2007](#), relativa ao exercício de 2017

DELIBERAÇÃO ARSESP-689, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Concessionária Gás Brasileiro Distribuidora SA, dos valores complementares da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025](#) e [Decreto 52.455 de 07-12-2007](#), relativas ao Exercício de 2016

DELIBERAÇÃO ARSESP-688, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela [Lei Complementar 1025, de 07-12-2007](#), relativa ao exercício de 2017

DELIBERAÇÃO ARSESP-687, DE 7-12-2016

Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, dos valores complementares da Taxa de Regulação, Controle

	<p>e Fiscalização – TRCF, instituída pela Lei Complementar 1025 e Decreto 52.455 de 07-12-2007, relativas ao Exercício de 2016</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SMA - 96, DE 8-12-2016 Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços do Parque Estadual Alberto Löfgren, administrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para serviços de estacionamento não associados a eventos</p> <p>RESOLUÇÃO SMA - 94, DE 6-12-2016 (*) Republicado Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços dos Parques Dr. Fernando Costa e da Juventude, administrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para serviços de estacionamento não associados a eventos (*) (Republicado por ter saído com incorreções.)</p> <p>RESOLUÇÃO SMA - 95, DE 8-12-2016 Constitui Comitê de Integração dos Planos de Manejo com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para a elaboração, revisão e implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais</p>
<p>Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)</p>	<p>CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (COFEHIDRO) DELIBERAÇÃO COFEHIDRO - 172, DE 5-12-2016 Altera o item 3.8 do Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento, define procedimentos para fortalecer o FEHIDRO como fundo rotativo e dá outras providências</p> <p>DELIBERAÇÃO COFEHIDRO - 171, DE 5-12-2016 Dispõe sobre indicações ao FEHIDRO no período de 2017 a 2019 utilizando as estimativas de receita do PPA e dá outras providências</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SS - 99, DE 8-12-2016 Dispõe sobre a representatividade do Comitê Estadual de Vigilância à Morte Materna, Infantil e Fetal – CEVMMI, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO (CES) Comunicado RECOMENDAÇÃO - 2, DE 26-02-2016 (...)</p>
<p>Secretaria de Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SSP-112, DE 7-12-2016 Institui a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), regulamenta seu funcionamento e dá outras providências</p>

<p>Universidade de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>PORTARIA GR-71, DE 7-12-2016</u> Designa Comissão de Avaliação da solicitação de Cidadão Refugiado</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>10/12/2016</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 803, DE 2016</u> Mensagem A-nº 112/2016, Sr. Governador do Estado (...) De minha iniciativa, a propositura tem por objeto autorizar o Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal (Lei nº 16.083, de 28 de dezembro de 2015) em favor Companhia Docas de São Sebastião, para o fim que especifica. (...) DOE, Legislativo, 10/12/2016, p. 8</p> <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 48, DE 2016</u> Dispõe sobre a qualificação, fomento e contratualização com organizações sociais ambientais (OSA's), no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 10/12/2016, p. 8</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 891, DE 2016</u> Dispõe sobre obrigatoriedade da publicidade da relação dos médicos plantonistas nas Unidades de Saúde da Rede Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas. DOE, Legislativo, 10/12/2016, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 889, DE 2016</u> Dispõe sobre a criação, no âmbito do Poder Executivo, do "Programa de Sustentabilidade Ambiental", a ser implantado de forma facultativa. DOE, Legislativo, 10/12/2016, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 888, DE 2016</u> Classifica Itupeva como "Município de Interesse Turístico" DOE, Legislativo, 10/12/2016, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 886, DE 2016</u> Cria a Política de Atendimento à Gestante do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 10/12/2016, p. 10</p>
<p>08/12/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 47, DE 2016</u> Mensagem A-nº 111/2016, do Sr. Governador do Estado (...) Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica(*). (...) (*) <i>A propositura atualiza os valores da Lei Complementar nº 1.283 de 15 de março de 2016</i></p>

	<p>DOE, Legislativo, 08/12/2016, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 2016</u> Mensagem A-nº 110/2016, do Sr. Governador do Estado (...) Altera a Lei Complementar nº 1.247, de 27 de junho de 2014, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - DEJEP aos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária em exercício na Secretaria de Administração Penitenciária e dá providências correlatas. (...) DOE, Legislativo, 08/12/2016, p. 9</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO GP Nº 34/2016 LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 07/12/2016 (...) DOE, Legislativo, 08/12/2016, p. 24</p>
<p>07/12/2016</p>	<p>MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 109/2016, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 6 de dezembro de 2016 Senhor Presidente Pela Mensagem A-nº 91, de 30 de setembro de 2016, tive a honra de encaminhar a essa ilustre Assembleia o Projeto de lei nº 750, de 2016, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017. Tendo em vista a natureza da matéria, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Fernando Capez, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. DOE, Legislativo, 07/12/2016, p. 9</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2016</u> Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007. DOE, Legislativo, 07/12/2016, p. 9</p>
<p>06/12/2016</p>	<p>PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2016</u> Susta os efeitos de parte destacada do Decreto nº 62.246, de 01 de novembro de 2016(*). (*) <i>Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</i> DOE, Legislativo, 06/12/2016, p. 9</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 878, DE 2016</u> Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, os costumes, o</p>

	<p>esporte, as manifestações culturais e a gastronomia do bairro da Mooca, no município de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/12/2016, p. 9</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
10/12/2016	<p><u>DECRETO Nº 57.521, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a aplicação de disposições da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, relativas à ocupação do solo e condições de instalação dos usos.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.520, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a criação de escola municipal de educação infantil(*). (*) Distrito do Grajaú, vinculada à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro</p> <p><u>DECRETO Nº 57.519, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a criação de escola municipal de educação infantil(*). (*) Distrito do Grajaú, vinculada à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro</p>
09/12/2016	<p><u>LEI Nº 16.585, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> (Projeto de Lei nº 187/10, do Vereador Toninho Paiva – PR) Dispõe sobre diretrizes de segurança eficiente a serem observadas nas passarelas de pedestres construídas e mantidas pelo Município e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.516, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.514, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o pagamento do Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana, instituído pela Lei nº 15.366, de 8 de abril de 2011, mantido pelo artigo 51 da Lei nº 16.239 de 19 julho de 2015, regulamentado pelo Decreto nº 52.831, de 2 de dezembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 55.170, de 30 de maio de 2014, relativo ao exercício de 2016.</p>
07/12/2016	<p><u>DECRETO Nº 57.504, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui o Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos – CMEDH.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.503, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Institui o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos – PMEDH.</p>
06/12/2016	<p><u>DECRETO Nº 57.499, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Divulga os valores consolidados dos padrões e referências de vencimento e dos subsídios do funcionalismo público municipal, conforme especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.490, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Regulamenta o monitoramento e avaliação da implementação do Plano</p>

	Diretor Estratégico previsto nos artigos 356, 357, 358 e 359 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 .
--	---

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107